

José António Bandeirinha

A lição da ponte
de Rio de Onor

Sergio Fernandez parte para Rio de Onor em 1963. Leva uma intenção confessa, uma intenção que tem um desdobramento especular: envolver-se nos temas da realidade rural, em particular no que diz respeito à arquitectura e à organização do espaço, e testemunhar quais as consequências dialéticas da presença de um arquitecto no seio daquela comunidade, tão distante dos centros de poder e, conseqüentemente, dos preceitos sociais e culturais que lhes estão associados.

Para o necessário complemento da sua formação académica ou, por outra, para confrontar essa formação com a realidade do mundo não académico, o jovem arquitecto escolhe uma comunidade-chave dos estudos etnológicos e antropológicos em Portugal, quer pela sua condição fronteiriça, quer pela sua localização, quer ainda pelos modos de organização social e laboral, que incluíam uma forte cultura gregária e fórmulas inteligentes e elaboradas de cooperação.

Esse envolvimento é, também, estabelecido através de um firme compromisso para com um desígnio que já vinha de trás, da geração que o precede, ou seja, o de rebater a construção de um perfil identitário de ruralidade idílica, que o poder vinha ensaiando desde os anos 30.

Com efeito, face à ebulição do mundo exterior e face às crescentes ameaças de anexação das colónias, tornava-se premente a fabricação continuada de uma imagem de estado ocidental moderno, preocupado com o bem-estar da totalidade das suas populações. Era, porém, igualmente necessário preservar e conservar, na medida do possível, o mundo rural tradicional, quer como resposta aos anseios do lobby agrário e ruralista, quer como veículo de reprodução da imagem de um país humilde, feliz e dócil, empenhado no afastamento dos demoníacos malefícios sociais da industrialização. Em plena década de sessenta, a identidade oficial que o poder veiculava mantinha-se intacta, tal como à três décadas atrás: a grandiosidade histórico-cultural do Império, singelamente paramentada com os enfeites etnográficos do ruralismo e com os celebrados aforismos dos seus códigos morais.

Ao longo da década de sessenta, a procura de um vínculo com a essência da prática arquitectónica, através do contacto directo com as comunidades mais afastadas do mundo industrializado, ou menos contaminadas pelo modo de produção capitalista, não foi exclusiva dos arquitectos portugueses contemporâneos da geração do Inquérito¹. Quando, em 1969, Manfredo Tafuri lança o tema da crise na arquitectura moderna², assinala com veemência um certo auto-encarceramento da circunstância metodológica da Arquitectura, enredada que estava na